Área temática: Planejamento e Organização do Turismo

Empreendimentos Hospitaleiros e Ação Coletiva na Ilha de Cotijuba/Pa

Hádson dos Reis de Mesquita[1]
Lucas da Silva Melo[2]
Thamyres Cristine Moraes de Miranda[3]
Juliana de Azevedo Hamoy[4]

1. INTRODUÇÃO

O turismo constitui uma atividade relevante para o desenvolvimento econômico e social de destinos locais, o que inclui áreas insulares que apresentam potencial natural e cultural. A Ilha de Cotijuba, localizada na região insular do município de Belém (PA), destaca-se como um importante destino turístico regional. Ela é uma das 43 ilhas que fazem parte do arquipélago de Belém, situada mais especificamente no arquipélago da Baía de Marajó (Amorim *et al.*, 2021). A distância entre a ilha e a área urbana de Belém é de 33km, e para o deslocamento da zona urbana da cidade até o destino são utilizados barcos como meios de transporte.

Todos os dias se faz presente um fluxo de pessoas entre a ilha e a Belém continental. A duração da viagem varia ao depender do ponto de partida, havendo como possibilidades, além dos locais que partem veículos particulares, o Terminal Hidroviário Turístico de Icoaraci e o Terminal Hidroviário da Tamandaré, que, respectivamente, tem sua duração média de 30 minutos e 1 hora.

Por conta de sua grande área litorânea, o turismo presente em Cotijuba é fortemente caracterizado pela segmentação de Turismo de Sol e Praia, mas também pela crescente oferta de serviços turísticos. Esse cenário corrobora a perspectiva de Amorim *et al*. (2021), que apontam as praias como atrativos capazes de impulsionar significativamente o desenvolvimento turístico local. No ano de 2025, o Sebrae realizou um levantamento para a criação de um guia gastronômico e de hospitalidade na ilha, no qual foram selecionados 16 estabelecimentos de hospedagem. No entanto, segundo relatos de moradores, o número total de hospedagens pode chegar a aproximadamente 60 estabelecimentos.

Nesse contexto, os meios de hospedagem desempenham papel essencial na organização do turismo local. Conforme destacam Perazzolo, Santos e Pereira (2010, p.2), a hospedagem permanece ocupando “um lugar central no sistema de apoio aos diversos tipos e roteiros”, evidenciando sua relevância para a consolidação das

[1] Graduando em Turismo. hadsonreis@gmail.com. Universidade Federal do Pará.
[2] Graduando em Turismo. lucasmelo.tour@gmail.com. Universidade Federal do Pará.
[3] Graduanda em Turismo. thamyrescmm@gmail.com. Universidade Federal do Pará.
[4] Turismóloga; Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. julianahamoy@gmail.com. Universidade Federal do Pará.

atividades turísticas. No entanto, o crescimento dessas atividades pode ocorrer de forma desarticulada, gerando desafios relacionados à organização coletiva, ao uso dos recursos locais e à gestão do território. Dessa forma, a problemática da pesquisa apresenta-se então no seguinte questionamento: de que maneira a organização dos meios de hospedagem na Ilha de Cotijuba se relaciona com a comunidade local?

Diante da complexidade do fenômeno turístico e dos desafios na gestão territorial, a teoria da Governança dos Comuns de Elinor Ostrom desponta como um contraponto essencial ao fatalismo da "Tragédia dos Comuns" de Garrett Hardin. Ostrom demonstra, por meio de evidências empíricas, que os utilizadores de Recursos de Bens Comuns (*Common Pool Resources* – CPR) não estão fadados à degradação ou à dependência exclusiva da privatização e da regulação governamental (Simões; Macedo; Babo, 2011). Pelo contrário, a autora aponta que comunidades organizadas conseguem estruturar arranjos institucionais de cooperação de forma sustentável. Ao romper com o individualismo, nota-se que regras de propriedade coletiva, quando bem definidas e aceitas pelo grupo, configuram-se como fundamentais para a governança com equidade e para o bem-estar social. Seguindo essa proposta, assim se apresenta o objetivo da pesquisa: o de Investigar, com base nos princípios da ação coletiva, a organização da comunidade local sobre os empreendimentos hospitaleiros existentes na ilha.

A partir do que foi apresentado, é necessário levantar uma questão: ao se fazer um levantamento da bibliografia existente sobre a ilha de Cotijuba, é perceptível uma abundância de trabalhos desenvolvidos sobre ela. Contudo, na temática que visa abordar sobre hospedagens, turismo e as organizações coletivas presentes no território, ainda se percebe uma insipiência de estudos, um entrave que necessita ser solucionado. A pesquisa, portanto, visa trazer à luz o problema existente e descrever de forma breve o objeto de estudo para uma melhor compreensão do assunto. Além disso, também é proposto uma maneira alternativa de analisar a estruturação da organização dos meios de hospedagem, a que se embasa na teoria de Governança dos Comuns proposta por Elinor Ostrom. Com isso, o estudo justifica-se por preencher em parte a lacuna bibliográfica existente do tema e assim minimizar os impactos existem que a problemática pode vir a acarretar.

2. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa em questão, em uma primeira fase, foi previamente selecionada uma bibliografia sobre ação coletiva (Simões *et al*, 2011) e Turismo e ação coletiva (Alves *et al,* 2022), os quais foram utilizados como fundamentação teórica objetivando uma melhor compreensão da temática. Em seguida, foram realizadas pesquisas bibliográficas com a finalidade de obter informações acerca de dados socioculturais e características sobre a ilha de Cotijuba, além da presença do turismo em seu território.

Em um momento distinto, foram realizadas visitas técnicas no território da ilha de Cotijuba durante os dias 6 de fevereiro e 3 de abril de 2026. As visitas possuíam como propósito a coleta de dados, cujas ferramentas utilizadas foram entrevistas

semiestruturadas aplicadas a 6 participantes, em sua maioria localizados na Praia Funda, uma das áreas litorâneas da ilha com grande presença de empreendimentos. Entre os entrevistados se faziam inclusos trabalhadores da ilha que podem ser identificados como donos de empreendimentos a indivíduos com vínculos empregatícios, os quais foram escolhidos por critério de acessibilidade e por estarem relacionados ao ramo da hospitalidade. Destaca-se que a pesquisa ainda está em andamento, em fase inicial de coleta de dados. Para a análise dos dados coletados foi efetuada uma abordagem qualitativa, visto que "dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo" (Neves, 1996, p. 104).

3. RESULTADOS

Os resultados preliminares das entrevistas revelam uma diferenciação das hospedagens conforme a praia onde se encontram na Ilha de Cotijuba. Na Praia Funda, predominam propriedades de não moradores ou moradores não naturais da ilha, destacando-se a crescente popularização dos chalés ao lado das pousadas. Em contraste, praias como a do Farol e do Vai-Quem-Quer concentram hospedagens pertencentes majoritariamente aos moradores e nativos. Ao analisar esses dados utilizando como base o cabedal teórico, nota-se que essa ocupação territorial heterogênea, impulsionada por novos empreendimentos turísticos, intensifica as modificações e os impactos no espaço natural (Amorim *et al.*, 2021). Portanto, para mitigar tais impactos e promover o desenvolvimento sustentável do destino, é essencial a criação de acordos de governança participativa que envolvam todos os utilizadores na gestão colaborativa dos recursos comuns (Simões; Macedo; Babo, 2011).

Os dados revelaram que desde meados do segundo semestre de 2025, está sendo feita uma tentativa de criar uma associação de hospitalidade na ilha, buscando integrar os setores de hospedagens, bares e restaurantes. No entanto, os proprietários dos empreendimentos localizados na Praia Funda demonstram pouco engajamento nessa iniciativa. A partir disso, observou-se que tal situação acontece pois, segundo dados obtidos por meio das entrevistas, a maior parte dos empreendimentos situados na Praia Funda pertence a pessoas de fora da ilha, o que ocasiona um distanciamento dos proprietários com lideranças locais, corroborando para um maior individualismo na atividade. Nesse sentido, há um contraponto em relação à visão de Ostrom, a qual constata que para que haja êxito na gestão dos bens comuns, é necessário que ocorra uma governança eficaz dos recursos, baseada na administração de pequenos grupos de usuários desses bens e num conjunto de regras comuns (Simões; Macedo; Babo, 2011).

Essa situação pode ser constatada pelo fato de que as posições de gerência nas hospedagens da Praia Funda pertencem, predominantemente, a pessoas externas enquanto que cargos de menor qualificação são atribuídos aos habitantes, havendo ainda um caso verificado de um empreendimento mais recente que contrata

apenas mão de obra de Belém continental, com exceção de somente um trabalhador da ilha empregado no local, o que evidencia desigualdades sociais simbólicas. Tal lógica desconsidera os saberes locais e limita o potencial emancipatório da atividade turística, configurando uma forma de inferiorização da mão de obra local (Trigo, 1998).

Nesse contexto, iniciativas como o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) assumem papel central ao buscar articular diferentes agentes sociais e setores econômicos — não apenas o turismo — em torno de práticas coletivas de organização e gestão. No campo do turismo e da hospitalidade, a adesão de moradores locais, proprietários de hotéis, bares e restaurantes ao MMIB tem possibilitado a construção de arranjos cooperativos que favorecem a coordenação das atividades, o compartilhamento de responsabilidades e a valorização dos saberes locais.

Entretanto, a emergência de novos empreendimentos hoteleiros de alto padrão na Praia Funda introduz uma ruptura nesse processo. Esses proprietários, seja por interesses estritamente individuais, seja por dificuldades de compreensão e inserção nas lógicas socioculturais locais, tendem a não se envolver nas práticas coletivas já estabelecidas. Além disso, a contratação de moradores restringe-se, em grande parte, a funções operacionais e de baixa remuneração, reforçando hierarquias laborais e limitando o potencial emancipatório da atividade turística para a comunidade.

À luz da teoria da ação coletiva de Elinor Ostrom, essa dinâmica pode ser interpretada como um enfraquecimento dos arranjos institucionais locais. Ostrom destaca que a gestão sustentável de recursos comuns depende, entre outros fatores, de limites claramente definidos, participação dos usuários na construção das regras, mecanismos de monitoramento, sanções graduais, espaços de resolução de conflitos e, sobretudo, do reconhecimento do direito dos grupos locais de se auto-organizarem. Quando agentes externos se beneficiam do território e de seus recursos — naturais, sociais e simbólicos — sem se engajar nas regras e instâncias coletivas existentes, rompe-se o princípio da reciprocidade que sustenta a cooperação.

Em última instância, essa “quebra” na ação coletiva tende a dificultar o desenvolvimento local do turismo em Cotijuba, ao reforçar assimetrias de poder, desarticular esforços comunitários e limitar a capacidade da população local de exercer protagonismo na gestão do seu próprio território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados preliminares, visto que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, se compreende que o baixo engajamento dos empreendedores na área da Praia Funda dificulta a criação de uma rede de hospitalidade unificada. Esse fato pode ou não abranger as demais áreas praianas de Cotijuba, o que se pretende investigar a partir de novas visitas técnicas realizadas no território da ilha.

A expansão desarticulada dos meios de hospedagem, aliada à insipiencia de estudos focados na organização coletiva desse território insular, reforça a relevância desta investigação. A aplicação da teoria de Governança dos Comuns de Elinor

Ostrom apresenta-se, assim, como uma ferramenta analítica fundamental para preencher essa lacuna bibliográfica. Nesse sentido, espera-se que a continuidade da pesquisa contribua para a ampliação do conhecimento sobre a estruturação comunitária das hospedagens na ilha de Cotijuba.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo, hospedagem, ilha.

REFERÊNCIAS

Amorim, G. S., Almeida, V. S. G., Mendes, F. L. S., Barbosa, H. D. A., & Hamoy, J. A. (2021). Praia do Farol, Cotijuba (PA), percepções e uso pelo turismo. Revista Hospitalidade, 18(1), 27-46.

Perazzolo, O. A., Santos, M. M. C. D., & Pereira, S. (2010). Meios de hospedagem no contexto do turismo: considerações sobre o acolhimento e a formação profissional. Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 6. Acessado em 9 abril, 2020, em https://bityli.com/ZCa2e

Nascimento, J. L. B., Gomes, E. L. S., & França, J. P. (2012). O “bem acolher” na prestação dos serviços turísticos de base comunitária do movimento de mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), Belém/PA. Revista Hospitalidade, 9(2), 254-272.

Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Cadernos de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 104.

Sebrae Pará. (2025). Guia gastronômico e de hospitalidade: Ilha de Cotijuba. Belém, PA: Unidade de Negócios de Impacto.

Simões, J., Macedo, M., & Babo, P. (2011). Elinor Ostrom: “Governar os comuns” [Trabalho de Mestrado, Universidade do Porto]. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Trigo, L. G. G. (1998). Turismo e qualidade: tendências contemporâneas. Campinas: Papirus.